



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CNPJ: 03 892 042/0001-72

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO Nº 09/2024.
11 de março de 2.024

Autor: Mesa Diretora

“Fixa os subsídios dos Vereadores para o
Quadriênio Fevereiro de 2025 à janeiro de
2029 e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o subsídio dos vereadores para o quadriênio de Fevereiro de 2025 à Janeiro de 2.029 em R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

I. Faz jus ao recebimento do subsidio os vereadores em pleno exercício do mandato, ressalvados as exceções constantes no Art. 50, incisos I e III da Lei Orgânica.

II. O subsídio do Vereador sofrerá desconto no respectivo mês quando houver ausência sem justo motivo no importe de:

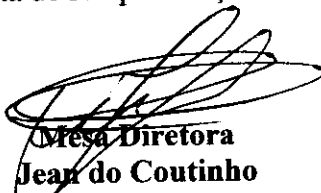
- a) 25% (vinte cinco por cento) por falta injustificada em Sessões Ordinárias;
- b) 10% (dez por cento) por falta injustificada em Sessões Extraordinárias;
- c) 05% (cinco por cento) por falta injustificada em cada reunião de Comissão ao qual seja membro.

III. o. Para efeito desta Lei, considera-se motivos justos:

- a) Doença;
- b) Serviço obrigatório por lei;
- c) Integrando comissão de representação.

Art. 2º Fixa o subsídio do Presidente da Mesa Diretora para a gestão de fevereiro de 2025 à janeiro de 2.029 em R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Mesa Diretora
Jean do Coutinho

Presidente da Mesa Diretora





Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
CNPJ: 03 892 042/0001-72

JUSTIFICATIVA

Em cumprimento aos preceitos constitucionais, fixa-se os subsídios dos vereadores em 30% dos valores dos deputados estaduais do Estado de Mato Grosso, que hoje encontra-se no valor de R\$ 25.322,25 conforme DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2019.

Posto isto, com o devido respeito, conto com a criteriosa análise de Vossas Excelências, para que a presente propositura, após o seu regular trâmite, seja ao final aprovada e levada a sanção do Poder Executivo.